
Thomas Holt é PhD em estudos americanos pela Universidade de Yale, e já lecionou nas universidades de Howard, Harvard, da Califórnia (Berkeley) e de Michigan, nos Estados Unidos. Atualmente, é professor do departamento de História da Universidade de Chicago. Dedicar-se especialmente a comparar as experiências de diáspora africana, particularmente no Caribe e nos Estados Unidos. Seu livro mais recente, *Children of fire: a history of African Americans* (Hill & Wang, 2010), examina a história de quatrocentos anos de afro-americanos nas colônias norte-americanas da Grã-Bretanha e nos Estados Unidos.

[Acervo] Nos seus debates sobre o conceito da diáspora, chamam a nossa atenção as semelhanças e as particularidades da experiência negra como parte de uma vivência diaspórica. Como você percebe as distinções metodológicas entre estudos comparativos, estudos transnacionais e o conceito da diáspora negra, e como cada um deles poderia ajudar-nos a entender a experiência negra nas Américas?

[Thomas Holt] Em primeiro lugar, devemos observar que as comparações casuais, não acadêmicas, sobre as sociedades escravistas e as relações inter-raciais que emergiram delas depois da emancipação foram comuns nos discursos populares, desde o final do século XVIII e primeiros anos do século XIX. De fato, senhores de escravos nos Estados Unidos utilizaram tais comparações como ameaças aos seus trabalhadores cativos. “Se não se comportar”, diriam a um escravo insubordinado, “mandarei você para a Luisiana!” ou “para Cuba!”. Além disso, houve diferenças verdadeiras, observáveis entre as condições de trabalhadores escravizados e pessoas de descendência africana, em diferentes sociedades do mundo ocidental. As condições materiais de haitianos antes da revolução ou de escravos cubanos durante a expansão explosiva da produção de açúcar, em meados do século, realmente produziram “um inferno para os negros”.

Similarmente, senhores de escravos do sul dos Estados Unidos que buscaram refúgio no Brasil após a Guerra Civil se surpreenderam e se assustaram ao ver alguns afro-brasileiros ocupando posições de autoridade social e política. Naturalmente, essas noções de relativa rigidez ou flexibilidade (da escravidão) dependiam muito do momento histórico específico da observação, isto é, as ideias de rigidez ou de suavidade formaram-se principalmente a partir das condições da produção.

Pesquisas acadêmicas sérias sobre tais diferenças emergiram em resposta à comparação clássica de Frank Tannenbaum, em *Slave and citizen* (Escravo e cidadão), sobre os regimes escravistas anglo-saxônicos (especialmente dos Estados Unidos) e o Brasil. O ponto crucial da comparação foi a ideia de que as diferenças culturais e institucionais entre poderes europeus colonizadores produziram diferenças profundas nos sistemas escravistas do continente americano, e, conseqüentemente, nos seus processos de emancipação e nas relações inter-raciais que se seguiram à abolição. A questão, então, não mais consistia simplesmente em o quão brutalmente os escravos eram tratados, mas no reconhecimento da sua “personalidade moral”, na essência da sua humanidade, o que determinaria a sua posição civil depois da escla-

vidão. É notável que o livro de Tannenbaum, publicado em 1947, foi, portanto, indubitavelmente influenciado pelo compromisso público intenso a respeito de questões raciais e pertencimento civil no período pós-guerra, quando a culpa do Holocausto e os desafios impostos aos impérios coloniais europeus impactavam os debates públicos. As resoluções da Organização das Nações Unidas sobre questões raciais e seu fascínio pelo Brasil como um possível modelo de democracia racial são também reflexos daquelas mudanças.

Durante mais de duas décadas depois disso, estudos acadêmicos sobre escravidão, produzidos especialmente na área de história, eram moldados basicamente para responder – na maioria das vezes de forma crítica – à tese de Tannebaum. Considerando a moda dos estudos comparativos no pós-guerra, então fomentados por sociólogos e cientistas políticos, os críticos de Tannebaum tenderam a trabalhar dentro de um arcabouço metodológico semelhante. Os estudos moldados por uma “comparação formal”, isto é, nos quais dois casos que expõem tanto semelhanças como diferenças são examinados lado a lado, funcionam melhor quando há muito o que se possa comparar e um número limitado de contrastes salientes. Nos primeiros estudos sobre escravidão, os pesquisadores tenderam a se concentrar nas diferenças notáveis das estruturas de comando e suas ideologias – especialmente nas concepções religiosas de mundo e na legislação –, que Tannebaum tinha destacado. Chegaram à conclusão, contudo, que o poder explicativo daqueles contrastes foi muito menos potente quando uma plethora de outras variáveis eram levadas em consideração – como as variações no regime de trabalho por colheita, taxas de fertilidade e mortalidade, o momento do declínio do comércio de escravos, e assim por diante. O fato mais relevante é que as comparações formais geralmente exigiam que tempo ou espaço fosse constante, produzindo, assim, histórias que eram estranhamente a-históricas. Enfim, esse efeito provou não se adequar ao entendimento do que foi essencialmente um fenômeno transnacional e à consciência diaspórica que ela (a comparação) produziu.

O mais irônico sobre isso é que uma leitura mais atenta do livro de Tannebaum revela um argumento muito mais matizado e uma agenda diferente. Em resumo, Tannebaum defendeu, de muitas formas, uma abordagem transnacional para os estudos da escravidão que, pelo menos de alguma maneira, privilegiasse a experiência diaspórica de africanos nas Américas. De fato, no seu subtítulo “O negro nas Américas”, ele sugere uma visão muito mais ampla do que o caráter estático da comparação formal, já que, mesmo que se aplique um modelo analítico que

se baseou em diferenciação e contraste, a mensagem foi sobre a força da profunda unificação da escravidão como um sistema socioeconômico e cultural em todas as partes das Américas. A escravidão literalmente criou um novo mundo – o Novo Mundo –, transformando profundamente o Velho.

Assim, bem no início no texto de Tannenbaum, podemos encontrar essa afirmação: “Visto de qualquer perspectiva – biologicamente, em termos de trabalho físico, ou socialmente, combinados de forma tão típica à cultura do mundo ocidental – o negro, naquelas áreas onde trabalhou e viveu em grande número, foi tão importante quanto o seu senhor, e a sua contribuição para o povoamento e estabelecimento desse hemisfério é parte de uma *aventura comum* de pessoas de origens distintas que forjaram um ambiente social novo e diferente para si mesmas.” A colonização americana é, por isso, uma empresa “afro-europeia conjunta”. De fato, sem o negro, a composição da vida americana teria sido diferente – em erudição, família, organização social e política, e também nas suas estruturas econômicas. Estão disseminadas, em todo o livro de Tannenbaum, diversas passagens semelhantes, que sugerem não só que os africanos foram os principais produtores de novas culturas no mundo, mas que o sistema da escravidão e suas instituições formaram o padrão essencial sobre o qual aquelas culturas se construíram; e, apesar de variações nacionais, um processo social semelhante definiu todas as culturas das Américas. “O processo social subjacente”, escreve Tannenbaum, “foi semelhante ao da escravidão nesse hemisfério, a despeito da égide sobre a qual se originou”. Em resumo, o autor afirma a centralidade da experiência de africanos na construção do Novo Mundo e que as características contrastantes das diferentes sociedades, a despeito desses fatos, é uma história que pode ser melhor entendida como um fenômeno transnacional.

Enfoquei aqui o livro de Tannenbaum porque ele ocupa um lugar proeminente e influente em estudos da escravidão e emancipação e porque destaca, de forma contundente, as diferenças entre as metodologias (comparativa e transnacional) sobre as quais perguntou. É importante observar, contudo, que houve uma tradição intelectual negra que o precedeu por pelo menos uma década ou mais, a qual eu suspeito que influenciou seu trabalho. Estou me referindo particularmente ao trabalho de W.E.B. Du Bois, C.L.R. James e Eric Williams. Em contraste com a metodologia comparativa que emergiu na era do pós-guerra, esses poderosos intelectuais do início do século XX trabalharam em e para o que poderia ser definida mais exatamente como uma perspectiva diaspórica. Esse é um panorama que se funda necessariamente em fenômenos transnacionais,

mas com uma inflexão que privilegia as experiências vividas pelos envolvidos nessas correntes. Em resumo, o advento do tráfico transatlântico conectou povos de descendência africana que agora estão fortemente e inevitavelmente ligados a um sistema global, que formou sua experiência diária translocal em variados graus de interação.

Para esses intelectuais, eu afirmaria, a diáspora negra foi central à compreensão da evolução e à transformação daquele sistema global. Esses debates podem ser encontrados em uma série de ensaios de Du Bois durante a era da Primeira Guerra Mundial, no magnífico trabalho de C.L.R. James, *Os jacobinos negros*, escrito nos anos 1930, e em *Capitalismo e escravidão*, de Eric Williams, publicado dois anos antes de *Escravo e Cidadão*, de Tannenbaum. Embora diferenciando-se em muitos aspectos, todas essas obras acentuam tanto as similaridades da experiência negra na diáspora bem como as suas ligações íntimas com processos sociais mais amplos em um estágio global.

Em suma, além da escravidão e do tráfico de escravos, emergiu a primeira ordem mundial global, que não só deu origem ao mundo moderno (os modos de produção e consumo), mas criou um sistema atlântico do trabalho racializado, que teria consequências históricas profundas. Mas a segunda característica, e talvez a mais chocante e específica do trabalho desses intelectuais, foi que o seu reconhecimento da perspectiva diaspórica também admitiu agência às pessoas negras, fazendo-as protagonistas dos seus próprios dramas. Muito provavelmente, essas perspectivas formaram-se pelo fato de virem do período intelectual entreguerras, quando a consciência da intersequência e influência mútua entre pessoas de descendência africana foi comum, literalmente borbulhando de baixo para cima em cidades globais como Nova Iorque, Londres, Paris, Porto Príncipe e Rio de Janeiro. Assim, eles reconheceram que a consciência diaspórica que moldou os anos entreguerras não era nova. Décadas antes, a nova escravidão mundial tinha criado uma consciência diaspórica, no seu sentido mais literal, bem como no sentido filosófico; a grosso modo, a era da escravidão estava sob ataque.

Diferente de outras abordagens, há um sentido do dinamismo no coração do conceito *diáspora*. Ele é ancorado no passado, mas sempre olhando para o futuro. O termo é enraizado em um determinado lugar, mas sonha com “todos os lugares”. A identidade que se forma a partir dele é crioula por definição, mas também é simultaneamente atormentada, ambígua e criativa. As lutas às quais dá origem são muitas vezes intersticiais; isto é, encontram-se nos espaços e frestas existentes nas estruturas ostensivamente hegemônicas. Mas aquelas lutas comprimidas, como a revolta

dos escravos do Haiti ou vários movimentos de retorno à África, podem, muitas vezes, cruzar espaços internacionais e fronteiras e moldar, ainda, outras lutas futuras. Assim como o ar odeia o vácuo, a diáspora parece odiar o que é estático. Conceitualmente ou metodologicamente, a estagnação nunca capturará seus sentidos e significados mais profundos. Tudo isso sugere que, num nível mais elementar, metodologicamente, não podemos adotar métodos síncronos de análise – isto é, aqueles métodos que congelam a vivência das pessoas com objetivos de estudo – e ainda nos mantermos fiéis à experiência que procuramos entender. Para parafrasear outras ideias estranhamente negligenciadas de Tannenbaum, tais forças são “essencialmente dinâmicas”.

[Acervo] Considerando os debates contemporâneos sobre imigração, especialmente nos Estados Unidos e na Europa, como podemos perceber a questão racial atuando nas políticas de imigração?

[Thomas Holt] Novamente, se olharmos de forma ampla para nossa história, não podemos negar o fato de que os debates sobre imigração sempre foram “raciais”. Para ser mais preciso historicamente, esse tem sido o caso desde o final do século XVIII e início do século XIX. A “era das revoluções” transformou o caráter de Estados-nações que emergiram no domínio transatlântico (ver *Comunidades imaginadas*, de Benedict Anderson). Anteriormente, os impérios de monarcas buscaram ativamente a incorporação de novos habitantes. O seu poder aumentou com a admissão de subordinados leais. Esses imigrantes poderiam seguramente produzir uma ordem social hierárquica. A incorporação de imigrantes em uma sociedade putativamente democrática, contudo, levantou questões não muito distintas dos debates sobre os ex-escravos que se tornam cidadãos. Não surpreendentemente, então, mesmo os não imigrantes – a despeito da cor ou outras características sociais – foram “racializados”. Isto é, a questão sobre a existência de alguma característica inerente (social ou biológica) que os fazem “desiguais”, ou até mesmo uma ameaça ao *status quo*, é definida pelas relações de trabalho, políticas ou biológicas que determinaram o seu acesso à cidadania. De algum modo, esse é o grande problema dos escritos de Tannenbaum. O mais notável daquela perspectiva histórica é a frequência com que os grupos que se vitimaram pela hostilidade anti-imigratória se tornam os perpetradores de tal desumanidade contra recém-chegados posteriores. Em poucas palavras, o racismo, desde sempre, está no centro do sentimento de anti-imigrante.

[Acervo] Poderia falar novamente sobre a racialização das classes trabalhadoras no pós-abolição?

[Thomas Holt] Bem, devemos ser diretos. As classes trabalhadoras nas Américas já foram racializadas desde que os primeiros escravos chegaram na costa americana. O trabalho forçado de americanos indígenas estabeleceu o paradigma. Naturalmente, na maioria das vezes, a abolição deixou a presunção de que a liberdade significaria que todos os homens (literalmente) entrariam no mercado de trabalho em termos iguais. Essa foi, mais ou menos, a premissa de diversos movimentos abolicionistas na Europa e nas Américas. Aquelas aspirações não se realizaram em parte alguma, ao menos, não como uma regra geral. Muito mais do que ex-escravos, eles se tornaram uma força de trabalho subordinada e explorada em economias em todo lugar no pós-emancipação. A variável chave que formou aquele resultado – ou, pelo menos, até o nível que a autodeterminação econômica genuína permitiu – foi o emprego alternativo, que, na maioria dos casos, significou o acesso à terra na qual esses trabalhadores puderam estabelecer uma propriedade livre.

Naturalmente, na maioria das sociedades industrialmente desenvolvidas, o relógio já está tocando em direção ao desaparecimento virtual da agricultura independente como um refúgio econômico e social. Possivelmente, essa é a razão pela qual imaginamos o trabalhador tipicamente urbano e assalariado quando nos referimos à “classe trabalhadora”, apesar do fato de que a maior parte dos trabalhadores agrícolas – especialmente ex-escravos – constituiu um proletariado rural por volta do século XX.

Nas sociedades escravistas que rapidamente se tornaram economias urbanas e industriais, os trabalhadores negros, assim como os brancos, moldaram-se ao trabalho assalariado urbano, que levou tempo para formar – muitas vezes de forma violenta – os conflitos existentes entre eles. Nos Estados Unidos, muitos dos trabalhadores brancos foram “racializados” quando eram imigrantes recém-chegados. Um resultado impactante e irônico do início do século XX foi o conflito racial no local de trabalho, devido ao processo de “branqueamento” subsequente desses trabalhadores. No livro *Impossible subjects*, do historiador Mae Ngai, o autor discute as forças ideológicas e legítimas que formaram aquela transição surpreendente. Um exemplo que podemos tirar desse momento na história é que qualquer grupo pode ser racializado, dependendo do seu contexto socioeconômico e político.

[Acervo] Qual é o papel dos intelectuais à vista do momento atual, em que estão fortalecidas teorias ultraconservadoras e o anti-intelectualismo?

[Thomas Holt] Bem, o papel principal do intelectual é o mesmo de qualquer pessoa: para exercer poder, está disponível, para todo cidadão, uma certa política.

O que podemos, ou poderíamos fazer, como intelectuais, provavelmente dependerá muito da nossa condição, isto é, o contexto nacional e institucional no qual podemos atuar. Dito de outra forma: o que a infraestrutura institucional, social e política permitir, moldará nossa ação efetiva. O que todos nós temos em comum como intelectuais são as habilidades analíticas e o conhecimento que o nosso treinamento profissional nos deu. Os historiadores, por exemplo, conhecem outros momentos em que “o ultraconservadorismo e o anti-intelectualismo” foram opressivos e repressivos.

Por exemplo, recentemente tenho acompanhado de perto os intelectuais negros que emergiram nos Estados Unidos no período entreguerras. Foi a primeira grande geração de negros com formação universitária, em grande parte, em universidades brancas de elite. Entretanto, eles encontraram refúgio em bases institucionais para seu ativismo nas numerosas universidades negras, em sua maioria estabelecidas em meados do século passado.

Além disso, também formaram organizações fora da academia para fazer o ativismo político. E, naturalmente, tentaram dirigir as questões do seu tempo pelo seu conhecimento. Não só realizaram muito no seu próprio momento de formação, mas consolidaram as bases do movimento por direitos civis que emergiu durante o período do pós-guerra. O exemplo deles sugere o quão importante é uma ampla perspectiva histórica e como ela poderia nos proteger contra o desespero que a crise atual provavelmente produzirá. Lembro-me da minha canção favorita do movimento de direitos civis dos Estados Unidos dos anos 1960: *Freedom is a constant struggle* (A liberdade é uma luta constante).

A partir de convite da Acervo, a entrevista foi realizada e traduzida por **Luciana Brito**, doutora em História Social pela Universidade de São Paulo (USP) e professora do colegiado de História da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Desenvolve pesquisas na área de escravidão e liberdade no Brasil e nos Estados Unidos.